

SAÚDE MENTAL E SUS – AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO ALVO DE INTERESSES PRIVADOS

Carlos Frederico de Oliveira Alves
Centro Universitário Cesmac

Muitas seriam as possibilidades de direcionamento/abordagem/perspectiva/enfrentamento de um tema tão complexo e atual como este que me fora proposto, por ocasião da comemoração (Insisto no termo comemoração, por compreender que mesmo diante das lutas e dificuldades pelas quais passam as ações relativas à Reforma Psiquiátrica em nosso país, fruto de um declarado movimento de contra-reforma e pela omissão de muitos entes públicos, incentivados e financiados, ambos, por setores da nossa sociedade, muitos deles, envolvidos até as últimas conseqüências com os desmandos, que originaram o clamor por uma atenção humanizada ao portador de sofrimento psíquico em sua integralidade biopsicossocial, temos o que comemorar. A Luta Antimanicomial e o Movimento da reforma Psiquiátrica Brasileira têm sim muito o que comemorar, quer pelos resultados obtidos junto a usuários e familiares a partir da implantação de dispositivos de atenção parte da rede psicossocial, quer pelo seu papel instituinte, que trouxe à pauta as violências produzidas contra tais sujeitos, bem como seu enfrentamento radical (“na raiz”), de Sirte que, neste país, jamais se poderá, mesmo que se tente, falar de saúde mental do modo como se falara há poucas décadas passadas) do Dia da Luta Antimanicomial, pelo Curso de Psicologia do Centro Universitário CESMAC: Saúde Mental e SUS – As Políticas Públicas como alvo de interesses privados

Interesses estes que se voltam verozmente contra o fortalecimento do SUS - isto sem falar das demais políticas públicas de nosso país - que me meio a um discurso neoliberal, que defende a mínima participação do Estado no enfrentamento de questões a ele relacionadas, passa por momentos de grandes ameaças e boicotes, os quais buscam minar suas condições de existência e cumprimento do papel social e constitucional.

Gostaria de iniciar este pequeno texto gerador com algumas das reflexões que têm se colocado a mim nos últimos dias, as quais podem até apontar para um certo desalento daqueles que ansiavam pela leitura de uma produção voltada para o cenário mais amplo da macropolítica, principalmente no que tange ao discurso que fundamenta as Fundações Estatais, enquanto nítido movimento de contrarreforma do Estado brasileiro, realizada desde o governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso e

perpetuada, tanto em nível nacional como regional, por diversos outros atores, das mais distintas bandeiras políticas, até os dias de hoje (com força bem maior e avassaladora!).

Ao discutir os interesses privados que se colocam diante do SUS, desafiando-o, junto a um grupo de estudantes, como vem a ser o público principal deste evento do CESMAC, gostaria de remeter a três dimensões da minha experiência no âmbito das práticas e interlocuções junto ao Sistema Único de Saúde: profissional de saúde mental do SUS, professor universitário e usuário.

Atualmente, tenho buscado problematizar minhas próprias práticas e discursos, questionando, assim, quais minhas parcelas de responsabilidade – e porque não de dizer de culpa – no cenário de tensionamento atravessado pelo SUS e, em particular, pela Saúde Mental no âmbito do SUS. Nesses últimos 10 anos, tenho ocupado três lugares distintos – mas não isolados – que, neste momento, convergem no sentido de subsidiar e dar vida a algumas de minhas reflexões neste texto.

Ao olhar em volta, posso claramente perceber alguns questionamentos, os quais gostaria de compartilhar, para, assim, tentar disparar algumas reflexões e debates – o que vem a ser o principal objetivo desta produção.

No âmbito do profissional de saúde mental, pergunto-me:

-Estariamos nós, profissionais do SUS, engajados o suficiente (mesmo sabendo das possíveis interpretações e questionamentos quanto ao que pode vir a ser “suficiente”) na produção de uma saúde comprometida com seu caráter libertário e promotor de autonomia dos sujeitos de quem cuidamos?

-Para quem e para quem trabalhamos? A serviço de quem e de quem estamos? Simplesmente de nós mesmos, em nossos interesses privados?

Às vezes, quando pensamos em interesses privados nas políticas públicas, pensamos unicamente no viés do lucro empresarial perseguido desenfreadamente por alguns, na perversa lógica do capital em seu fetiche do mercado, mas esquecemos daqueles que, na ordem do puramente privado e individualista/egoísta, nos afasta de uma produção coletiva, num movimento de “enxergar apenas o meu umbigo”!

-Estaria a nossa clínica (cuidado) ampliada e comprometida a ponto de que nossos usuários, ao passarem por nós, estejam saindo provocados à realização de um controle social efetivo, disparado por uma relação terapêutica focada em sua reabilitação psicossocial de modo ativo, efetivo e criativo? Ou estaríamos apenas nos contentando com a reprodução desalmada de técnicas e métodos, que, no embalo dos ponteiros de um relógio apressado, buscar encher o tempo e cumprir o mínimo

necessário para a garantia da manutenção de um emprego com mediocridade, em vista a realização, mais uma vez, de nossos interesses privados, longe... bem longe dali?

-Estaríamos nós engajados na luta pela manutenção e aperfeiçoamento de um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade ou estaríamos nos mantendo, alienadamente à margem destas discussões, “protegidos” e subjugados pela áurea de nossos planos de saúde privados, com a sensação de que “isto não me diz respeito ou nada tem comigo”, salvo quando afetar meu salário e minhas perspectivas estáveis de vida?

-Conhecemos, de fato, o SUS e a saúde mental na qual trabalhamos? Compartilhamos, de fato, suas dores e seus amores e nos implicamos em seus desafios, como desafios nossos?

Pois é, precisamos nos por a pensar!

Na mesma direção e sentido, reflito sobre a relação ensino-serviço:

-Nós, professores, de que lado estamos? Integrados à vida, anseios, perspectivas, desafios dos serviços para os quais formamos (se é que assim formamos) ou mantendo a velha (nem tão velha assim) relação exploratória, mais uma vez “de interesse puramente privado – nosso umbigo”, baseados em coisas de que falamos, mas que não conhecemos – nem buscamos conhecer, e de onde o máximo que queremos são seus campos de estágio, para cumprir nossas necessidades institucionais?

-Conhecemos o SUS e nos engajamos em suas lutas?

-Conhecemos suas práticas, dispositivos, metodologias? E seus usuários? Alguma vez nos dispusemos a nos aproximar deles (sem esquecer que todos somos usuários do SUS!), para acolhê-los e nos perguntar em como podemos contribuir para uma efetiva formação no SUS e para o SUS?

-Que temos produzido de reflexão e tecnologia para/na política mais ampla e abrangente do Estado brasileiro?

Seguem as questões...

E, por fim, e nós, usuários?

Curiosos que muitos de nós – talvez inclusive alguns dos leitores deste texto gerador – não nos percebemos efetivamente usuários do SUS, muito menos das suas ações de saúde mental. Já não seria essa uma reflexão e problematização possível?

Nestes últimos dias, me vi, na situação de acompanhante, nos corredores apertados, lotados e tumultuados da maior emergência de saúde de nosso estado e, curioso, que foi a partir desta experiência desafiadora e agitada, que passei a cogitar a

produção deste texto neste formato. Incrível (ou crível), mais uma vez, como me ponho a questionar sobre o porquê de a dor do outro, muitas vezes, nos parecer distante demais, salvo quando nos vemos capturados pela experiência e sensação efetiva de que os outros também dizem muito de nós e nos afetam, sempre! São, assim, outros *eus*!

Perguntei-me pelo controle social. Como tenho participado do mesmo? Pelos meus votos... Pela mobilização efetiva e coletiva em vistas as garantias de nossos direitos de cidadania... pelos meus sonhos e pelas minhas necessidade de saúde, em sua dimensão mais ampliada...

Por fim, perguntei-me se, em algum momento na vida, me vi na condição de um usuário, na dependência exclusiva de uma ação me garantida por lei, e se nesse instante, momento em que sei que esta possibilidade, não só enquanto SUS, mas também enquanto reforma psiquiátrica, se vê ameaçada por interesses privados (individuais e coletivas, financeiro-econômicos ou não), como tenho me posicionado e como me posicionarei...

Ao concluir, lembro-me de uma frase de Merleau Ponty, que se apresenta como pano de fundo desta discussão interna, que agora compartilho: Temos em nossas mãos a sorte, tornamo-nos responsáveis por nossa história por meio da reflexão, mas também por uma decisão em que engajamos nossa vida e, nos dois casos, trata-se de um ato violento que se verifica ao se exercer.

Enfim, vamos ao debate!

*Carlos Frederico de Oliveira Alves: Psicólogo. Sanitarista. Mestre em Psicologia. Professor do CESMAC.